

INDIVÍDUO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Marcio de Oliveira Monteiro¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender o modo pelo qual a interação entre indivíduo e memória possibilita a produção de fontes a serem utilizadas pela História. Consoante a isso, espera-se identificar o cérebro como sendo a sede anatômica da memória tendo o indivíduo, o ego freudiano como elemento fundamental de desenvolvimento desse processo; desvelar e enxergar a memória e sua construção a partir do discurso socialmente constituído e evidenciar individualidade e memória enquanto agente e fonte da História. Desse modo, espera-se demonstrar no que consiste a relação dessa tríade na produção da História, bem como ressaltar a importância da ação reflexiva acerca dessa tríade, abrindo espaço para que o leitor e/ou simpatizante possa fazer uma leitura mais acadêmica sobre o processo de construção histórica, a partir da memória.

Palavras-chave: Indivíduo, Memória e História.

Introdução

Determinado o objeto deste artigo científico cujo título discute a tríade Indivíduo, Memória e História espera-se abrir discussão acerca da materialização da memória a partir da compreensão dos conceitos existentes em termos apropriados pelo senso comum e entendidos como sinônimo como ocorre nos casos relativos a: lembrança, recordação, memória e história.

Diante dessa realidade de múltiplos conceitos e considerando a memória como elemento de um complexo movimento biológico, procurar-se-á, dentre outros, saber: De que forma indivíduo e memória se interagem de modo a possibilitar a produção de fontes a serem utilizadas pela História?

Como Objetivo geral busca-se compreender o modo pelo qual a interação entre indivíduo e memória possibilita a produção de fontes a serem utilizadas pela História. De modo específico, espera-se, no primeiro instante da discussão, identificar o cérebro como sendo a sede anatômica da memória. Em seguida propõe-se desvelar e enxergar a memória e sua construção a partir do discurso socialmente constituído. Como terceiro momento de discussão, esse Artigo aborda a temática que evidencia a individualidade e memória, essa última capaz de destacar a importância de uma [individualidade] para a existência do outro [memória] enquanto agente e fonte da História. Coroando a discussão

¹ Mestre em Educação pela Universidade Autônoma de Assunção, Especialista em Supervisão Escolar (UNIVERSO), Especialista em História do Brasil (FIPH) e Especialista em Administração Escolar (UCAM), Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna. Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação/Itaperuna; Docente da disciplina de Prática de Ensino dos Cursos de Graduação de Letras e História do Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ. E-mail: diretoreap@yahoo.com.br

que não encerra em si mesma, discutem-se práticas discursivas e construção de identidades.

A natureza do tema, provocativa, tem despertado, principalmente nos cursos de História, um interesse peculiar acerca da importância da produção de fontes históricas a partir dos registros da memória. Outrossim, justifica-se a importância da construção desse Artigo por valorizar o indivíduo enquanto fonte primária da memória (dos fenômenos, fatos, episódios e acontecimentos), da própria memória enquanto expressões do complexo mundo biológico além de realçar a História como o grande organismo dinâmico de organização e produção.

Metodologicamente, essa pesquisa tem caráter qualitativo de fonte bibliográfica. Como pressupostos teóricos o estudo encontra apoio nas obras de Rüsen (2001), Ferreira (2002), Badaró (1998) e Oliveira (2012).

Oportunamente, esse Artigo tem a pretensão de criar novas reflexões e pensares acerca da tríade apresentada no título, *Indivíduo, Memória e História* e, ao mesmo tempo, abrir espaço para que o leitor e/ou simpatizante do tema possa fazer uma leitura mais acadêmica da memória dando-lhe o caráter de mérito científico e significância diante de um universo Histórico dinâmico, mutante e de transformação contínua.

1. O CÉREBRO COMO SEDE ANATÔMICA DA MEMÓRIA

Antes mesmo de propor qualquer discussão entorno da temática definida para esse Artigo é importante considerar de modo preliminar a estrutura anatômica e os pontos de armazenagem dos acontecimentos, episódios e fenômenos captados pelos órgãos e canais perceptivos do indivíduo e que tem seus registros pelo cérebro.

Cientificamente parece bastante lógico empreender esforços nessa direção investigativa, para que se tenha compreensão de conjunto sobre a ação dos neurotransmissores no processo fantástico de intercomunicação interna dos fatos e acontecimentos que se constituem em descrição memorística das lembranças armazenadas no conjunto cerebral e que passarão a fazer parte do maravilhoso universo da historicidade humana. Como agem os neurotransmissores? - perguntar-se-ia.

De modo muito particular os neurotransmissores agem após manifestação dos órgãos dos sentidos. Assim, tato, olfato, audição, visão e paladar executam o papel primário de captadores das informações externas que por meio do Sistema Nervoso Central, pelas ramificações periféricas informam aos agentes da transmissão nervosa

[neurotransmissores] desembocam nas regiões cerebrais responsáveis pelo armazenamento dos fatos. Segundo Papez (1995),

As estruturas e o circuito cerebral das emoções incluíram estruturas na face medial dos lobos temporais e frontais. Tais estruturas seriam: hipotálamo, o fórnice, os corpos mamilares, o hipotálamo, os núcleos talâmicos anteriores e o giro cingulado no lobo frontal. O hipocampo exerce um papel importante na expressão emocional, e o giro cingulado, localizado no lobo frontal, como região receptora da experiência emocional. Sendo assim, as emoções são respostas neurológicas e fisiológicas a estímulos externos¹ e internos², coordenados pelo próprio pensamento que envolve as estruturas do sistema límbico.

Desse modo, os estímulos externos são oriundos de situações do ambiente resultante de fatos e acontecimentos sócio-afetivos, culturais e outros. Já os estímulos externos estão relacionados, diretamente, ao psíquico, ao advindo do pensamento, das lembranças.

Diante da complexidade das ações neurológicas e dos múltiplos conceitos existentes e que alicerçam a trajetória dos fatos até tornar-se História, parece imprescindível e de bom tom a definição conceitual de termos muito próximos e comuns a essa realidade apropriando o investigador de nuances singulares próprias ao tema, a saber: lembranças, recordações, memórias e Histórias.

Surge, deste modo, espetacular oportunidade para uma discussão conceitual de quatro palavras que são apresentadas, sob o veio do senso comum, de modo muito próximo, mas que, contudo, representam contextos diferentes quando trazidos a luz da práxis e que uma vez enxergadas pela óptica da singularidade de conceitos poderá desencadear uma análise meramente metodológica sem o tônus da representatividade em seu grau macro.

Desse modo, abre-se um parêntese importante no sentido de desvelar as nuances peculiares a cada expressão:

Lembrança: “as lembranças, nada mais sustentaram nossas vidas. E a pesar de mal vividas tem ainda uma esperança de viver melhor”. O trecho da música “Aparências” de Cury Heluy - Ed Wilson interpretada por Márcio Greyck, nos anos oitenta, resignifica a idéia que o senso comum preconizou chamar de memória. Todavia, lembranças são flechas desconexas, instantes experienciados em recortes sem um desencadeamento metódico, linear e de consistência histórica.

De acordo com o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2011, p. 779),

classificamos lembranças como sendo tudo aquilo “o que está guardado e vem à memória”.

Recordação: de acordo com Badaró (1998, p.77), trata-se da rememoração de fotos de modo solitário uma vez que “recordação de uma pessoa só se torna um fato social quando ela a expressa verbalmente para alguém”. Ainda de acordo com o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2011, p. 1082), trata-se de “lembrança reavivada de fatos, pessoas ou sentimentos; reminiscência: recordação da infância; recordação de amores vividos.”

Memória: no Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2011, p. 842), memória é definida como “capacidade de recordar o que foi vivido. aprendido ou experimentado”. Paraphraseando Mattos (org.) et al (1998, p.76), a memória é operada com outros sentidos e em outras direções. Quando falamos de memória devemos levar em conta que ela constrói uma reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas, contraditórias, sem nenhuma crítica às fontes que – em tese – embasariam esta mesma memória.

História: Ao contrário da memória, *de acordo com Oliveira Junior,*

a **História** aposta na descontinuidade, pois ela é ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão e interpretação, ela denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória. A **História** tem que buscar uma representação crítica do passado, sendo as memórias fontes legítimas históricas, além de expressões de fenômenos históricos, possibilitando uma História Social das recordações. [consultado em 29/09/2016, <http://princípio.org/a-historia-oral-como-produco-de-fonte-para-o-ensino.html>]

Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória. *Para Badaró (1998. p.77), “As memórias são fontes históricas, pois elas nos ajudam, a saber, o que deve ser lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais”. Consciente disso, Oliveira et al (2012, p. 78) acredita que é “nesse sentido que a memória possibilita conexões entre a história individual e a história coletiva, permitindo, por exemplo, reflexões sobre o tempo histórico e a relação entre a micro e a macro-história”.*

Como afirma Rüsen (2001, p. 77), “O passado só se torna história quando expressamente interpretado como tal; abstraindo-se dessa interpretação ele não passa de material bruto, um fragmento de fatos mortos, que só nasce como história mediante o trabalho interpretativo dos que se debruçam, reflexivamente, sobre ele”.

Portanto, depois das considerações iniciais, a percepção do que vem a ser de fato

memória parece deixar o senso comum mais distante da realidade científica, possibilitando um olhar mais técnico sobre a dinâmica de o apoio do qual se serve a História em relação às informações prestadas pelos registros neurocerebrais existentes, em áreas diversas do cérebro humano motivadas pelas lembranças, pelas recordações alojadas em canais de percepção da emoção, provocados e originários de fatos relevantes convergidos para a constituição de um todo ao qual denomina-se: memória

2 MEMÓRIA, DISCURSO SOCIALMENTE CONSTITUÍDO

O homem é um ser social e precisa do outro para manifesto da sua sobrevivência. Isolado, o homem passa a ser um mero amontoado de carne sustentada por uma estrutura óssea, formado por membros, tronco e cabeça. Assim, as formas pelas quais essas relações de sociabilidade e interação ocorrem, se somatizam e criam um campo de saber inconsciente que permite passear no tempo, sempre atemporal, em busca de experiências construídas em sociedade.

Muito embora o dinamismo atribuído e creditado à memória, enquanto fonte biológica de registros socioculturais e pessoais possibilitando uma constante e elástica mutação de significados, esses aspectos só poderão ser considerados a partir da sociabilidade, cujo conceito, de acordo com o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2011, p. 1191), é definido como a “convivência que leva em conta as regras sociais; civilidade, urbanidade”.

O homem ilha se afasta da capacidade de integração por meio do isolamento em si mesmo o que se contrapõe à natureza humana que consagra desde o seu nascimento a capacidade sociável de viver e pensar no coletivo, permitindo a construção da tese de que indivíduo, memória e história são protagonistas do inconsciente e das muitas consciências experienciadas ao longo da formação histórica construída pelo ser humano.

Afastado da vida em sociedade o homem se sustenta com base em um conjunto de lembranças desconexas, apenas, e a memória, dinamismo vivo dos fatos e acontecimentos ocorridos, já não se conecta a uma leitura sociopolítica e cultural complexa, não sendo capaz de retratar um período ideológico e pragmático vinculado ao tempo e ao fazer histórico.

Contata-se, desse modo, a realidade vivente consumida por uma existência de introspecção, marcada pelo estado obsessivo alicerçado pela monoidéia. Cativo nas próprias idéias desconexas o indivíduo não disponibiliza, nem permite condições básicas

importantes e favoráveis a produção de memórias, de História por fim, concretizadas em fatos históricos, mas de apenas lembranças e recordações.

Mas afinal, como definir a trilogia, Indivíduo, Memória e História de modo que se possa promover uma reflexão centrada e, a partir da memória, procurando compreender a relação próxima existente e originária do indivíduo com os fatos sociais, que se tornaram e/ou se tornarão memória e, por fim, fontes de primárias de pesquisa estudadas pela História. De acordo com Santos (2003. p. 273),

Podemos compreender a memória como sendo qualquer forma de pensamento, percepção ou prática que tenha o passado como sua principal relevância. A memória de experiências passadas está presente em cada palavra que dizemos em cada passo que damos ou em cada sonho que construímos. Ela está presente no pensamento, nos sentimentos e percepções, bem como na imaginação. Tudo o que sabemos ou que podemos aprender se deve às memórias que possuímos ou que iremos adquirir.

Não se trata, portanto, de interpretar a memória como algo que se supere e enterrar a História de modo avassalador, ignorando o seu papel superlativo no contexto científico. Afinal, de acordo com Mattos (org.) et al (1998. p.76):

[...] a memória e a história não são sinônimos. Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Ela é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória.

Desse modo a memória assume o papel de representação dos arquivos mentais organizados visando uma representação linear e atemporal, enquanto à História cabe o registro de caráter crítico e analítico de todo um contexto estruturado de modo individual e coletivo, sem as amarras da emoção e dos interesses pessoais.

Para tanto consiste ação prudente pensar a memória enquanto um arcabouço histórico pautado nos valores de quem se serve de protagonista e narrador, uma vez que tais lembranças se manifestam de maneira a caracterizar uma experiência vivida no complexo universo da coletividade dos órgãos dos sentidos.

A emoção nesse sentido permite que os sentimentos regulem e estruturem a formação e a evocação de memórias por meio da ação de neurotransmissores fazendo com que os estímulos nervosos potencializem o Sistema Nervoso Central.

Graças a essa magnífica dinâmica cerebral é possível compreender essa reação a partir das relações e associações realizadas pelas crianças ao se lembrarem do processo

de fotossíntese, ao ligar esse conteúdo do componente curricular de Ciências a uma planta que tem em sua casa ou à árvore em que costuma subir quando está de férias na casa da vovó.

Para Rüsen (2001, p. 77), o passado só se torna história quando expressamente interpretado como tal; abstraindo-se dessa interpretação ele não passa de material bruto, um fragmento de fatos mortos, que só nasce como história mediante o trabalho interpretativo dos que se debruçam, reflexivamente, sobre ele.

Algumas lembranças ficam “escondidas” porque estamos expostos a mais informações do que conseguimos guardar. Aparentemente perdidas, essas lembranças ficam num lugar do cérebro chamado inconsciente. Ninguém sabe, todavia, explicar exatamente por que, mas essas lembranças conseguem voltar à consciência sem que o indivíduo controle. A literatura mostra que esse fenômeno sempre ocorre em alguma circunstância especial, quando algum fato ou informação evoca lembranças que se julgam perdidas. Para Bosi (1994. p. 47):

Ao contrário, o que o método introspectivo de Bérghson sugere é o fato da *conservação* dos estados psíquicos já vividos; conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer. A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez, a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida.

Cabe à História, contudo, a reconstrução de toda essa trajetória, propondo algumas sinuosas de modo a perceber as várias recordações e lembranças e, por fim, as memórias existentes, tendo-as como fontes históricas de pesquisa a partir da recordação de um ou vários grupos sociais. Afinal a memória individual é compreendida dentro de um processo psicológico básico, enquanto a memória social/coletiva é compreendida como processo de construção grupal. De acordo com Burke (apud MATTOS (org.). 1998. p.77):

Em primeiro lugar, temos a memória individual. Os indivíduos se recordam no sentido literal, físico [...]. Isso significa afirmar que para que as recordações ganhem algum sentido, elas só podem ser pensadas enquanto construídas por grupos sociais. Por conseguinte é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a rememoração se produza de forma socialmente apreensível. Em outras palavras, a recordação de uma pessoa só se torna um fato social quando ela a expressa verbalmente para alguém.

Em segundo lugar, registra-se a memória coletiva, aquela que pertence a um determinado grupo, assegurando coesão e solidariedade aos seus componentes. Para tanto, será importante pensar a memória coletiva como “retrato” de uma experiência vivida no tempo histórico passado, que pode ser caracterizado a partir da leitura técnica de um período histórico e que por fim retrata um contexto sociopolítico e cultural, bastante interessante, a partir do contexto, das personagens envolvidas e da sociedade como um todo.

Vigotsky (2006) ao priorizar a interação social entre crianças e adultos como fonte de conhecimento cria uma determinante bastante coerente e significativa ao pensar na formação do ser humano com base nas suas “memórias”, fruto da vida em sociedade, da cultura. Para tanto, define dois eixos de intervalos em constante dinamismo conhecido como a Zona do Conhecimento Real, estimuladas à medida que novas informações e conhecimentos são apreendidos, e a Zona de Desenvolvimento Potencial, ou simplesmente aquilo que pode vir a ser conhecido. A esse processo Vigotsky estabelece como Zona de Desenvolvimento Proximal. De acordo com Pollak (1992. p. 201),

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Desse modo, a memória se faz História no instante em que se configura na representação mental produzida pelo indivíduo em função das lembranças ditas, relatadas e colhidas por meio de indicadores previamente estruturados, de estímulos internos e/ou externos despertados pelos órgãos sensoriais.

Assim, indivíduo, memória e História retratam uma simbiose una, dos elementos dessa tríade, em cujo agente da ação – o indivíduo – por meio de relatos construídos em um ambiente sociocultural, apresenta Sequência de relatos de uma história viva, memorizados para servirem de fonte de análise e exploração científica pela História oficial, o que descaracteriza oficialmente o senso comum que apresenta a memória como simples elemento da imaginação.

3 INDIVIDUALIDADE E MEMÓRIA

Longe de ser a memória fruto da imaginação, será oportuna a discussão sobre o

caráter que envolve a individualidade na estrutura psicossocial da memória, compreendendo a sua base pessoal e a sua condição de imparcialidade atribuída aos critérios inegáveis de valoração do contexto. Afinal, para Filloux (1966. p. 14-15),

Em face da função imaginativa? Chamamos comumente de 'lembranças' as imagens ou os conjuntos de imagens precisas, determinadas, por vezes datadas, que se relacionam com acontecimentos do passado. Posso rever, com um quadro, a fazenda na montanha onde, este verão, passei uma temporada, evocar os pinheirais que a circulam etc. E se posso fazê-lo, é porque ao menos tenho a possibilidade de formar imagens das coisas, a capacidade de 'ver em imagem'. Esta função das imagens chama-se, precisamente, **imaginação**.

Mas existe pelo menos outra maneira de fazer ato de memória, com relação a esta temporada na montanha. Numa conversa, poderei aludir a ela, assinalar a um interlocutor que possui uma fazenda na montanha, sem por nada neste mundo evocar casa, pinheiros e outros aspectos do lugar. Sei que esta casa existe, sei que passei lá minhas últimas férias. É totalmente evidente que este saber é memória.

Uma vez que a memória retrata a história de maneira linear e livre, os percalços da cientificidade necessária à História partindo da premissa de que cada ser humano é uma individualidade complexa capaz de uma organização, registro e reprodução/construção de um devido contexto histórico, a individualidade sugere o pensamento de que individualmente contamos e relatamos a História sob os auspícios da nossa subjetividade, apoiados nos valores existentes em cada indivíduo.

Com base nos princípios teóricos da Psicanálise, a vida psíquica que se define em três instâncias: id, ego e superego, a memória se constitui dos fatos e dados inconscientemente arquivados ao longo do processo de estruturação da personalidade humana a partir das suas múltiplas manifestações de interação social e, a individualidade, estaria a mercê das privações e castrações do superego, que segundo BOCK (1988, p. 68) "origina-se com o Complexo de Édipo, a partir da internalização das proibições, dos limites e da autoridade", o que favorecerá ou não o detalhamento dos relatos históricos, frutos da memória, de um modo mais contextual ou puramente linear. Para Delgado (2006. p. 16):

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis, temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram a sua vida.

Portanto, distribua três homens em três diferentes pontos estratégicos de uma montanha e obter-se-á três discursos diferentes entre si, muito embora o elemento constitutivo da História seja o mesmo, o que sacramenta a condição singular da observação e do relato histórico. Contudo, a análise parece requerer a sensatez em torno da caracterização dessa individualidade enquanto bem supremo à historicidade. Assim vale o questionamento crítico quanto aos elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva. Para Pollak (1992. p. 201):

Em primeiro lugar são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos, mas longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Sem a pertinência da individualidade a memória se descaracteriza uma vez que toda a sua lógica se estrutura na face das realidades múltiplas dentro de um todo coletivo, de um consciente coletivo a que Jung (2003) chama de inconsciente pessoal cuja denominação refere-se às camadas mais superficiais do inconsciente. De acordo com Jung (apud SILVEIRA, 2003. p. 64-65) o inconsciente coletivo,

Corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, aos fundamentos estruturais da psique comuns a todos os homens. Do mesmo modo que o corpo humano apresenta uma anatomia comum, sempre a mesma, apesar de todas as diferenças raciais, assim também a psique possui um substrato comum. Chamei a este substrato inconsciente coletivo. Na qualidade de herança comum transcende todas as diferenças de cultura e de atitudes conscientes, e não consiste meramente em conteúdos capazes de se tornarem conscientes, mas em disposições latentes para reações idênticas. Assim o inconsciente coletivo é simplesmente a expressão psíquica da identidade da estrutura cerebral, independente de todas as diferenças raciais. Desse modo pode ser explicada a analogia, que vai mesmo até a identidade, entre vários temas míticos e símbolos, e a responsabilidade de compreensão entre os homens em geral. As múltiplas linhas de desenvolvimento psíquico partem de um tronco comum cujas raízes se perdem muito longe num passado remoto.

Metaforicamente, individualidade e memória estabelecem uma relação de semelhança com o foco de uma máquina fotográfica. Uma vez direcionado, o objeto a ser registrado estará, de modo subjetivo, sendo analisado, sintetizado e avaliado. Processada toda a ação mental e perceptiva a memória registrará as nuances de interesse de cada fotógrafo e, obviamente, os recalques produzidos na memória inconsciente determinarão o que será importante lembrar. Afinal, a imagem, tridimensionalizada, oportunizará uma apreensão imagética particularizada pelos canais sensitivos do fotógrafo e só será possível resgatar do inconsciente os fatos e episódios não censurados pelo superego.

4 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ENQUANTO IDENTIDADE

Longe de qualquer dúvida a memória se constrói a partir da complexidade do ego, ou melhor, do eu, o que personifica a estruturação da identidade, do indivíduo, sendo-a dependente do uso que se faz da linguagem, das palavras em determinado contexto, o que permite afirmar, segundo Ferreira (2002, p. 109) que “[...] com relação à identidade, não há um ‘em si’, ou seja, não há uma identidade pronta e acabada”, uma vez que o ser humano como um todo se constroi, ou melhor está em constante processo de construção e de reconstrução, até porque a linguagem enquanto forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes, possibilita manifestações humanas de caráter múltiplo.

Desse modo parece lógica a exaltação do indivíduo enquanto protagonista da memória em raiz ao mesmo tempo em que se tonifica agente, ator, expectador e personalidade da História. Afinal, a história, enquanto base elementar da memória produzida pelo indivíduo se constitui peça importante produzida pelo indivíduo na concepção e construção da História. Ainda para Ferreira (2002, p. 115),

[...] Existem determinados climas geopolíticos que favorecem a construção de algumas identidades: no século XIX, por exemplo, um clima favorável aos nacionalismos; nesta passagem de séculos, um clima favorável a uma globalização excludente, mas que também dá lugar a identidades que resistem a esse processo homogeneizador. As identidades são fabricações, formas que a vontade política é capaz de criar: o que importa é examinar a serviço de que elas se forjam.

Diante dessa realidade, as práticas discursivas de manifestações do eu humano em situações e experiências variadas, vão tomando corpo e determinando um olhar sobre si mesmo em meio a um cenário imerso em símbolos e códigos mutantes capazes de

representar uma época histórica. De acordo com Thompson (2002. p. 47):

[...] Em Ruanda, os genealogistas, *abacurabwenge*, tinham que se lembrar das listas dos reis e das rainhas-mães; os memorialistas, *abateekerezi*, os acontecimentos mais importantes de cada reinado; os rapsodos, *abasizi*, preservavam os panegíricos aos reis; e os *abiiru*, os segredos da dinastia. 'Sem nós, os nomes dos reis se desvaneceriam no esquecimento, nós somos a memória da humanidade', proclamavam com razão os cantores de louvores: 'Ensino aos reis a história de seus ancestrais, de modo que as vidas dos antigos possam servir de exemplo, pois o mundo é antigo, mas o futuro brota do passado.

Votre (apud FERREIRA, 2002, p. 110), afirma que,

No lugar da identidade, temos um sujeito concebido como uma rede de crenças e desejos. Crenças e desejos que se constroem a partir da linguagem, ou, mais especificamente, a partir do uso da linguagem, já que se trata de uma pragmática. A linguagem é afirmada, então, como constitutiva do humano.

Assim, imagem e fundo concretizam uma visão paradoxal perturbadora ao mesmo tempo que instigante uma vez que permite conceber-se a identidade a partir do meio do qual essa figura se emerge. Para Guimarães (2009, p. 126),

Se os estudos do local são relevantes no processo de construção das identidades, se esse processo, na educação escolar, deve pautar-se na realidade em que vivemos, ou seja, numa sociedade marcada pela pluralidade étnica, religiosa, cultural e, também, por profundas desigualdades sociais e econômicas, como fugir às armadilhas, em especial àquelas que insistem em impor no processo educativo nas escolas uma memória das elites dominantes locais e nacionais?

Halbwachs (apud EPELBOIM, 2004. p. 26) "nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratando de acontecimentos nos quais não estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós".

Desse modo estabelece-se um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico, e que traz um duplo ensinamento metodológico quando resulta na percepção da época enfocada pelo depoimento e sobre a época na qual o depoimento foi produzido. Com isso, passado e presente possibilitam a produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador na qual se cruzam as intersubjetividades. De acordo com Menezes (1992. p. 14-15),

A memória coletiva história é um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporariamente situados. Melhor que grupos é preferível falar de redes de interrelações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser reativada. É, por isso, que é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas.

Com isso, a memória coletiva se constrói pelo seu caráter comum, compartilhada por grupo de pessoa. Trata-se então, por analogia, de uma memória pública, na qual aspectos do passado estariam virtualmente disponíveis a qualquer indivíduo, por meio da memória documental, memória pública, fontes históricas reunidas em memórias coletivas de grupos historicamente constituídos: étnico, comunitário e/ou local, muito embora se discuta muito no atual contexto acadêmico a característica líquida e fluida das identidades quando se busca tratar a dicotomia presente no singular/plural, local, universal no ambiente da sala e aula.

Dessa forma, Indivíduo, Memória e História caracterizam o tripé necessário ao organismo elementar da pesquisa da memória, compreendendo-a no limiar do que é biologicamente processada no indivíduo e repassada a mais uma pessoa e a organização dessas percepções e impressões experienciadas na forma de projeções dialogadas, pictográficas etc que favoreça a História lhe atribuir a pertença da cientificidade necessária ao mundo acadêmico. Todavia, tudo tem seu início no indivíduo, na identidade do “eu”.

Considerações Finais

Não há como negar o princípio elementar da memória enquanto fruto de uma anatomia complexa e que se organiza a partir de áreas cerebrais despertadas por neurotransmissores. Certo é que esse artigo científico não se preocupa em estudar tais áreas, mas pensar a memória na sua condição de expressão intelectual a partir dos canais perceptíveis produzidos pelos órgãos dos sentidos.

É essa memória, organizada de maneira coletiva, investigativa, que se configurará em História. Isoladamente, a memória basta em si mesma e quando muito pode ser encarada como meras lembranças e/ou recordações.

Não se deve esquecer que esse ser social, denominado homem, é depositário maior de todas as informações e fatos históricos. Tal realidade reforça a construção e fundamentação da tese de que indivíduo, memória e história são protagonistas do

inconsciente e das muitas consciências experiência das ao longo da formação histórica construída pelo ser humano.

Cabe dizer, ainda, da relação direta da memória com a identidade, esta última construída a partir da complexidade do ego, do eu, da utilização da linguagem em suas formas variadas de uso e emprego social, desenvolvida na relação com o outro.

Assim, a tríade Indivíduo, Memória e História concretizam uma dinâmica natural entorno da relação dos fatos e fenômenos sociais, desvelados na definição e consumação da História, uma vez que, se cabe uma analogia simplória pode-se dizer que: o indivíduo, fonte da memória histórica, consolida fatos e fenômenos em História no instante em que oferece à essa memória trato científico na retidão do papel investigatório dos aspectos ignorados pela memória, representando, criticamente, o passado.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. Bahia, Furtado, Odair, Teixeira, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia** – São Paulo: Saraiva, 2013

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos** – 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

DELGADO, Lucília Neves. **História oral – memória, tempo, identidades** – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Dicionário escolar da língua portuguesa/ Academia Brasileira de Letras – 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008

Encontro Regional da História Oral Sudeste. **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil** – Org. José Carlos Bom Meihy. São Paulo: Xamã, 1996 - Série Eventos

EPELBOIM, Solange. **Memória individual e memória social/coletiva: considerações à luz da psicologia social**. Petrópolis: Universidade Estácio de Sá/ UCP, p. 18-31. 2004.

FERREIRA, Lucia M. A., Evelyn G. D.Orrico. **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações** – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FILLOUX, Jean-C. **A memória**. Pérola de Carvalho (Trad.)2ª ed. Difusão européia do livro, São Paulo: 1966.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História: pensar e fazer** – Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENEZES, Elpiano T. Bezerra. **A história, cativa da memória**. Ver. Inst. Bras. SP. 34:9-24. p. 14-15. 1992.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de – UFF- ***A História Oral como produção de fonte para o ensino*** (consultado em 29/09/2016, <http://principo.org/a-historia-oral-como-produco-de-fonte-para-o-ensino.html>).

OLIVEIRA, Regina Soares de; Almeida, Vanusia Lopes de Almeida; Fonseca, Vitória Azevedo da; Coord. Márcio Rogério de Oliveira Cano. **A reflexão e a prática de ensino**. São Paulo: Blucher, 2012.

PAPEZ, J.W. (1995) **A proposed mechanism of emotion**. Journal of Neuropsychiatr and Clinical Neuos-ciencas, v. 7, n 1, p.103-112

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **História e Memória: o caso do ferrugem**. Revista Brasileira de História, ano/vol. 23, número 046 – Associação Nacional de História. São Paulo: p. 271-295.

SILVEIRA, Nilse. **Jung: vida e obra** – 16. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (Coleção Vida e Obra)

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral** – 3 . ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.